



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS SÃO VICENTE

TERMO DE REFERÊNCIA
Sistema de Registro de Preços
(Processo Administrativo n.º 23197.002770.2018-70)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **TELEFONE IP E EQUIPAMENTO DE RADIOCOMUNICAÇÃO DE USO GERAL (WALK TALK)**, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes estabelecidas neste instrumento:

1.2. *Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidades participantes conforme o anexo IV.*

Item	Unid.	Pedido mínimo	Quant.	Especificação detalhada	V. Unit.	V. Total
1	Unid.	1	83	(CATMAT 44040) Equipamento de radiocomunicação de uso geral (walk talk), sem necessidade de licença de radioamador; Igual ou similar ao rádio Motorola T400BR; Caixa com 2 unidades; Resistente a chuva; Canais 26; Subcanais: 121; Frequência de operação UHF: 462,5625 MHz a 467,7125 MHz; Potência de operação máxima: 500mW; Modulação: FM; Duração mínima da bateria: 12 horas; Varredura de canais: busca por canais ativos; Tom de câmbio; Função Vox: ativa e desativa a conversação através dos fones de ouvido; Display luminoso com no mínimo as seguintes informações: indicador de status da bateria, indicador de canal e subcanal, indicador de modo de comunicação RX (recepção) ou TX (transmissão); Deve possuir as seguintes teclas: ptt (push to talk), menu, botão para seleção de canal e	467,18	38.775,94

				<p>subcanal, bloqueio/desbloqueio do teclado, volume, liga/desliga;</p> <p>Deve possuir alto-falante e microfone; No mínimo 10 tons diferentes de chamada; Alcance de mínimo de 20KM em área aberta;</p> <p>Homologado pela Anatel com comprovação mediante número de certificado de homologação ainda ativo.</p> <p>Cada rádio deve vir com antena, bateria, presilha para cinto e carregador 110/220V.</p> <p>O fabricante do equipamento deve disponibilizar em seu site o manual em português. Caso não disponibilize o manual em português, ele deve vir com o equipamento.</p> <p>Apresentar documento do fabricante que comprove as características técnicas do equipamento.</p> <p>Garantia de, no mínimo, 1 ano pelo fabricante.</p>		
2	Unid.	1	139	<p>(CATMAT 40444) Telefone IP com fio.</p> <p>Produto com características iguais ou superiores ao Telefone IP Intelbras TIP 210;</p> <p>Aparelho Telefônico IP de mesa com aparência de telefone convencional;</p> <p>Ser totalmente aderente ao Protocolo SIP conforme RFC 3261;</p> <p>Suportar os Codecs G.711 μ-law, G.711 a-law, G.729 a/b e iLBC;</p> <p>Suportar DTMF em conformidade com a RFC 2833;</p> <p>Possuir interface de administração Web compatível com o protocolo HTTP ou HTTPS;</p> <p>Suportar o seguinte conjunto de protocolos IPv4: DNS, DHCP Client e SNTP/NTP;</p> <p>Possuir a capacidade para obter endereço IP através de implementações padrão de DHCP e também de forma manual;</p> <p>Possuir 02 (duas) portas RJ-45 switched 10/100 Base-T Ethernet, uma com função WAN e outra com função LAN;</p> <p>Possuir função de bridge;</p> <p>Suportar PoE (Power over Ethernet)</p>	621,95	86.451,05

				<p>compatível com 802.3af;</p> <p>Suportar IEEE 802.1Q (VLAN - Virtual Local Area Network) e QoS;</p> <p>Suporte a IEEE 802.1x com autenticação, ao menos, nos seguintes métodos: MD5;</p> <p>Permitir que, através da rede de dados e de forma automática, sejam atualizadas periodicamente as configurações do telefone e versões de firmware;</p> <p>Possuir agenda interna, com capacidade para pré-armazenamento de, no mínimo, 100 (cem) números telefônicos;</p> <p>Possuir display gráfico LCD com resolução mínima de 100x30 pixels, com iluminação de fundo e com capacidade de exibir, pelo menos, data e hora, nome/número do "chamador", número digitado e status da ligação;</p> <p>Indicar no display se cabo de rede estiver desconectado;</p> <p>Indicação de chamadas perdidas no display;</p> <p>Tecla para acesso rápido ao histórico de no mínimo as 10 (dez) últimas chamadas de cada tipo: originadas, não atendidas e recebidas, todas com indicação de data e horário.</p> <p>Possuir suporte à função de Identificador de Chamadas (nome e número do ramal de origem apresentados no display);</p> <p>Tecla para acesso rápido a agenda de contatos;</p> <p>Tecla não perturbe;</p> <p>Disponibilizar menus em Português (Brasil);</p> <p>Suporte a supressão de silêncio;</p> <p>Suporte a Detecção de Atividade de Voz;</p> <p>Suporte a geração de ruído de conforto;</p> <p>Suporte cancelamento de eco;</p> <p>Suporte a Cancelamento de Perda de Pacote;</p> <p>Suporte a transferência de chamada;</p> <p>Suporte discagem rápida e rediscagem;</p> <p>Possuir teclado numérico para geração de chamadas;</p> <p>Possuir teclas para a execução das seguintes funções:</p> <p>Controle de Volume;</p> <p>Teclas para acesso ao Menu: para configurações, opções e ajustes;</p> <p>Mute;</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				<p>Alternar para Viva-voz; Alternar para Fone de Ouvido; Hold: para colocar a chamada em espera; Oferecer recurso de Viva-voz duplex; Suporte a múltiplos perfis de usuários, ou seja, usuários em mobilidade devem ter a possibilidade de fazer "login" e "logout" e, com isso, importar suas configurações de ramal e pessoais; Disponibilizar interfaces para Fone de Ouvido e para Fonte de Alimentação Externa; Disponibilizar fonte de alimentação Bivolt 110/220 V; O produto deve ser livre de quaisquer restrições de licença ou disposições que condicionem seu pleno funcionamento à compra de outros produtos do mesmo ou de outro fabricante; Homologado pela Anatel com comprovação mediante número de certificado de homologação ainda ativo.</p> <p>Acessórios: O aparelho telefônica deve vir com manual em português de configuração e utilização ou estar disponível para download no site do fabricante; Fonte de energia convencional e/ou PoE; Patch cord.</p> <p>Garantia de, no mínimo, 1 ano pelo fabricante.</p>		
3	Unid.	1	114	<p>(CATMAT 40444) Telefone IP com fio, com SRTP.</p> <p>Produto com características iguais ou superiores ao Telefone IP Intelbras TIP 125; Aparelho Telefônico IP de mesa com aparência de telefone convencional; Suportar no mínimo 1 (uma) conta SIP; Ser totalmente aderente ao Protocolo SIP conforme RFC 3261; Suporte a SRTP conforme RFC 3711; Suportar os Codecs G.711 μ-law, G.711 a-law, G.729 a/b e iLBC; Suportar DTMF em conformidade com a RFC 2833; Possuir interface de administração Web compatível com o protocolo HTTP ou HTTPS;</p>	266,60	30.392,40

				<p>Suportar o seguinte conjunto de protocolos IPv4 e IPv6: DNS, DHCP Client e SNTP/NTP;</p> <p>Possuir a capacidade para obter endereço IP através de implementações padrão de DHCP e também de forma manual;</p> <p>Possuir 02 (duas) portas RJ-45 switched 10/100 Base-T Ethernet, uma com função WAN e outra com função LAN;</p> <p>Suportar modo bridge;</p> <p>Suportar PoE (Power over Ethernet) compatível com 802.3af;</p> <p>Suportar IEEE 802.1Q (VLAN - Virtual Local Area Network) e QoS;</p> <p>Suporte a IEEE 802.1x com autenticação, ao menos, nos seguinte método: MD5;</p> <p>Permitir que, através da rede de dados e de forma automática, sejam atualizadas periodicamente as configurações do telefone e versões de firmware;</p> <p>Possuir agenda interna, com capacidade para pré-armazenamento de, no mínimo, 90 (noventa) números telefônicos;</p> <p>Possuir display gráfico LCD com resolução mínima de 100x30 pixels e com capacidade de exibir, pelo menos, data e hora, nome/número do "chamador", número digitado e status da ligação, cabo de rede desconectado;</p> <p>Indicação de chamadas perdidas no display;</p> <p>Visualização do histórico de no mínimo as 10 (dez) últimas chamadas de cada tipo: originadas, não atendidas e recebidas.</p> <p>Suporte à função de Identificador de Chamadas (nome e número do ramal de origem apresentados no display);</p> <p>Disponibilizar menus em Português (Brasil);</p> <p>Suporte a supressão de silêncio;</p> <p>Suporte a Detecção de Atividade de Voz;</p> <p>Suporte a geração de ruído de conforto ;</p> <p>Suporte cancelamento de eco;</p> <p>Suporte a Cancelamento de Perda de Pacote;</p> <p>Suporte a transferência de chamada;</p> <p>Suporte a discagem rápida e rediscagem;</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				<p>Possuir teclado numérico para geração de chamadas;</p> <p>Possuir teclas para a execução das seguintes funções:</p> <p>Controle de Volume;</p> <p>Teclas para acesso ao Menu: para configurações, opções e ajustes;</p> <p>Mute;</p> <p>Alternar para Viva-voz;</p> <p>Alternar para Fone de Ouvido;</p> <p>Disponibilizar interfaces para Fone de Ouvido e para Fonte de Alimentação Externa;</p> <p>Disponibilizar fonte de alimentação Bivolt 110/220 V;</p> <p>O produto deve ser livre de quaisquer restrições de licença ou disposições que condicionem seu pleno funcionamento à compra de outros produtos do mesmo ou de outro fabricante;</p> <p>Homologado pela Anatel com comprovação mediante número de certificado de homologação ainda ativo.</p> <p>Acessórios:</p> <p>O aparelho telefônica deve vir com manual em português de configuração e utilização ou estar disponível para download no site do fabricante;</p> <p>Fonte de energia convencional e/ou PoE;</p> <p>Patch cord.</p> <p>Garantia de, no mínimo, 1 ano pelo fabricante.</p>		
4	Unid.	1	114	<p>(CATMAT 40444) Base VoIP/DECT com um telefone sem fio IP, da marca Intelbras, modelo TS60 IP.</p> <p>Com base de carregamento para o telefone.</p> <p>Garantia de, no mínimo, 1 ano pelo fabricante.</p>	641,74	73.158,36
5	Unid.	1	185	<p>(CATMAT 40444) Telefone sem fio IP para base VoIP/DECT, da marca Intelbras, modelo TS 60 IPR.</p> <p>Com base de carregamento para o telefone.</p> <p>Garantia de, no mínimo, 1 ano pelo fabricante.</p>	267,68	49.520,80
TOTAL						278.298,55

1.3. Todos os produtos deverão observar as normas técnicas quando aplicáveis, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos da Lei nº 4.150/62.

1.4. Os itens 01, 03, 04 e 05 são de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da Ata de registro de Preços prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos referidos produtos por meio de Registro de Preços, Objetivando o atendimento das demandas advindas do IFMT - Campi: Alta Floresta - **ALF**, Barra do Garças – **BAG**, Bela Vista – **BLV**, Cuiabá Octayde - **CBA**, Confresa - **CFS**, Campo Novo do Parecis – **CNP**, Reitoria – **RTR**, Guarantã do Norte - **GTA**, Juína - **JNA**, Lucas do Rio Verde - **LRV**, Primavera do Leste - **PDL**, Rondonópolis - **ROO**, Sinop - **SNP**, Sorriso - **SRS**, São Vicente – **SVC**, Tangará da Serra – **TGA** e Várzea Grande – **VGA**, visando garantir, a qualquer tempo, a aquisição de ferramentas necessárias para realização das atividades dos setores de Tecnologia da Informação.

2.1.1. O IFMT – Campus São Vicente, Campus Bela Vista, Campus Avançado de Lucas do Rio Verde, Campus Avançado de Sinop, Campus Alta Floresta, Campus Confresa, Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva, Campus Primavera do Leste, Campus Sorriso, Campus Avançado Guarantã do Norte, Campus Campo Novo do Parecis, Campus Avançado Tangara da Serra, Campus Pontes e Lacerda, Campus Juína, Campus Barra do Garças, Campus Várzea Grande, Campus Avançado Diamantino, Campus Rondonópolis justifica sua participação na aquisição dos materiais com o objetivo de substituir equipamentos defeituosos e realizar a ampliação da infraestrutura da rede física e lógica, provendo maior acesso a sistemas internos, externos e internet, facilitar o trabalho na rack de servidores e otimizar a utilização do espaço, com provimento de estrutura com ergonomia adequada às atividades;

2.2. Os itens relacionados fazem parte da previsão de material de consumo da Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI).

2.3. Da possibilidade de concessão de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos/entidades não participantes do certame nos termos do Acórdão TCU nº. 1297/2015-Plenário: “O órgão gerenciador do registro de preços deve justificar eventual previsão editalícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes (“caronas”) dos procedimentos iniciais. A adesão prevista no art. 22

do Decreto 7.892/13 é uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos regidos pelo Sistema de Registro de Preços (grifamos)”.

- 2.4. Nas compras realizadas pelo IFMT, temos identificados que nas licitações onde há a previsão da possibilidade do chamado “carona” o volume de interessados em participar do certame é mais expressivo, em comparação a outros certames onde há a vedação de participação. O fornecedor, ao considerar a possibilidade de ter preços registrados para determinado produto, bem como a possibilidade desse ser adquirido por outros órgãos públicos que não participaram da licitação, é levado a participar do certame bem como a buscar ofertar melhores preços.
- 2.5. Outro motivo relevante que nos leva a crer que a possibilidade de adesão é interessante para o sucesso do certame relaciona-se com o fato de que os campi mais afastados dos grandes centros geralmente apresentam pouca atratividade. No entanto, quando há a possibilidade de adesão, tais grupos passam a se tornar mais interessantes, visto as possibilidades de contratações que podem ser agregadas em decorrência de adesões.
- 2.6. Diante dos apontamentos acima, entendemos ser conveniente que o instrumento convocatório traga a possibilidade de adesão à ARP decorrente da licitação.
- 2.7. Optou-se pelo Registro de Preços por ser mais conveniente para a Administração evitando parcelamentos e fracionamento na aquisição, a compra conjunta entre os campi envolvidos visa conquistar melhores preços juntos aos fornecedores trazendo maior economicidade aos cofres públicos, bem como, amplia o alcance dos benefícios alcançados com este processo para a comunidade administrativa e educacional do IFMT. Procedimentos para registro formal de preços relativos a prestação de serviços e aquisições de bens, para contratações futuras.
- 2.8. O registro de preços será formalizado por intermédio de Ata de Registro de Preços, e nas demais condições previstas neste termo de Referência.
- 2.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que delas poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condição.
- 2.10. Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os objetos da presente aquisição podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado. Desta forma, entendemos que os objetos podem ser classificados com bens comuns, podendo, portanto, ser adquiridos por meio de processo licitatório na modalidade pregão.
- 3.2. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do envio da nota de empenho, em remessa *única*, conforme solicitação e endereços dos Campi relacionados abaixo:

- 4.1.1. IFMT - **Alta Floresta** - Rua A, Bairro: Setor A, 198, Primeiro Andar - CEP: 78580-000, Telefone: (66) 3512-7000, Alta Floresta / MT.
- 4.1.2. IFMT - **Campus Barra do Garças** - Estrada de acesso a BR-158, Radial José Maurício Zampa, s/n - CEP: 78600-000, Telefone: (66) 3402-0100, Barra do Garças / MT.
- 4.1.3. IFMT - **Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva** - Rua Profa. Zulmira Canavarros, 93 - CEP: 78005-200, Telefone: (65) 3318-1425, Cuiabá / MT.
- 4.1.4. IFMT - **Campus Confresa** - Av. Vilmar Fernandes, 300 - CEP: 78652-000, Telefone: (66) 3564-2600, Confresa / MT.
- 4.1.5. IFMT - **Campus Campo Novo do Parecis** - MT 235 Km 12, s/n - CEP: 78360-000, Telefone: (65) 3382-6200, Campo Novo do Parecis / MT.
- 4.1.6. IFMT - **Campus Guarantã do Norte** - Linha Páscoa, Km 04, Lote 471. - Zona Rural, Guarantã do Norte - MT, 78520-000 , Telefone: (65) 99693-3038, Guarantã do Norte / MT.
- 4.1.7. IFMT - **Campus Juína** - Linha J, s/n - CEP: 78320-000, Telefone: (66) 3566-7300, Juína / MT.
- 4.1.8. IFMT - **Campus Lucas do Rio Verde** - Avenida Universitária 1600-W - Bairro: Parque das Emas - CEP: 78455-000, Telefone: (65) 9686-6126, Lucas do Rio Verde / MT.
- 4.1.9. IFMT - **Campus Rondonópolis** - Rua Ananias Martins de Souza, nº 861 – Vila Mineira, Rondonópolis – MT . Telefone: (66)3427-2309.
- 4.1.10. IFMT - **Reitoria** - Avenida Sen. Filinto Müller, 953 - Bairro: Duque de Caxias - CEP: 78043-400, Telefone: (65) 3616-4100, Cuiabá / MT.
- 4.1.11. IFMT - **Campus Sinop** - Rua das Avenças, 2377, Setor Comercial, Centro - CEP: 78557-477-000, Telefone: (65) 9952-0013, Sinop / MT.

- 4.1.12. IFMT – Campus Cuiabá Bela Vista – Av. Juliano Costa Marques, s/nº, Cuiabá MT – CEP 78.050-560
- 4.1.13. IFMT - **Campus Sorriso** - Av. dos Universitários, 799, Bairro: Santa Clara - CEP: 78890-000, Telefone: (65) 9961-2297 - (65) 9985-6928, Sorriso / MT.
- 4.1.14. IFMT - **Campus Primavera do Leste** - AVENIDA DOM AQUINO, Nº 1500, Parque Eldorado – Primavera do Leste – MT., CEP 78.850-000 Telefone: (66)3500-2900.
- 4.1.15. IFMT - **Campus São Vicente** - SVC - Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Município de Santo Antonio do Leverger - MT, Telefone: (65) 3341-2110.
- 4.1.16. IFMT - **Campus Tangará da Serra** - Rua 28, 980 N - CEP: 78300-000, Telefone: (65) 3311-8500, Tangará da Serra / MT.
- 4.1.17. IFMT – **Campus Várzea Grande** – Avenida Tiradentes, nº 1300, Lot. Jardim Manaira, Petropolis, Varzea Grande – MT, CEP 78144-424;
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.6. Serão observados os prazos de validade indicados pelos fabricantes.
- 4.7. O prazo mínimo de garantia de fábrica dos produtos deverá ser de no mínimo 12 meses, a partir do recebimento definitivo dos produtos.
- 4.7.1. Não serão aceitos produtos com validade vencida ou com data de fabricação defasada que comprometa a sua plena utilização.

- 4.7.2. Relativamente ao disposto no Edital, aplica-se também, subsidiariamente, no que couberem, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- 4.8. É vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas, pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada oficial.
- 4.9. Os produtos poderão ser conferidos detalhadamente em momento posterior a sua entrega, reservando-se ao responsável pelo recebimento, o direito de rejeitá-los quando os produtos não satisfizerem as especificações exigidas na licitação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade*;

6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.1.7. Entregar o material no Setor de Almoxarifado do respectivo órgão participante, em horário normal de expediente, das 8:00 às 17:00 horas, sendo que seu recebimento definitivo só será feito após aprovado e atestado.

6.1.8. Responder por todo o ônus referente ao fornecimento, como transporte, embalagens, e também os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários dos seus empregados.

6.1.9. Colocar à disposição da contratante todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos materiais fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital e seus anexos.

6.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando

ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8666, de 1993.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

- 10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{100} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.1.5. Cometer fraude fiscal;
 - 12.1.6. Não mantiver a proposta.
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.3. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias;
- 12.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 12.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 12.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 12.3.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

- 12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA em parceria com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 13.1. Tendo em vista o art. 225 da Constituição Federal de 1988, que atribui ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, bem como o art. 3 da Lei n. 8.666/93, que apresenta entre as finalidades da Licitação, a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, a Contratada deverá:
- 13.1.1. Fornecer, quando possível, produtos compostos no todo ou em parte, por material reciclável e atóxico, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; nos termos do Art. 5, inc. III, da IN n. 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 13.1.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

- 13.1.3. Otimizar ao máximo possível o volume das embalagens utilizadas para fornecimento de seus produtos, a fim de gerar menos lixo, além de dar preferência às produzidas por materiais reciclados, recicláveis e/ou biodegradáveis.

São Vicente da Serra – MT – 02 de julho de 2019

KAMILA A. S. BARATA

Coordenador de Tecnologia da Informação

OSVALDO MARTINS CAPELANI

Diretor de Administração e Planejamento

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a continuidade do Processo. Desde que se obedeam as formalidades legais, bem como as estabelecidas neste Termo de Referência.

Em, ____/____/____

LIVIO DOS SANTOS WOGEL

Diretor-Geral IFMT – Campus São Vicente